

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

17



VOLUME COMEMORATIVO DO XX ANIVERSÁRIO
DO CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS
DO CONCELHO DE OEIRAS

1988 - 2008

2009
OEIRAS

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 17 • 2009



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2009

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Bristol, Reino Unido)
- Professor Doutor Jean Guilaine (Collège de France, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Jorge de Alarcão (Universidade de Coimbra)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 17 • 2009

ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso

DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas

PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO

CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras

Fábrica da Pólvora de Barcarena

Estrada das Fontainhas

2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta

On prie l'échange

Exchange wanted

Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218444340

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

**VOLUME COMEMORATIVO DO
XX ANIVERSÁRIO**

do

**Centro de Estudos Arqueológicos
do Concelho de Oeiras**

(Câmara Municipal de Oeiras)

1988 - 2008

Editor Científico:
João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2009

SOBRE RITUAIS DO CORPO EM FINAIS DO II MILÉNIO/INÍCIOS DO I MILÉNIO a.C.: DO ESPAÇO EUROPEU AO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Raquel Vilaça*

1. INTRODUÇÃO

A realização do *II Colóquio de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa*, a 3 de Dezembro de 2008, teve como mote “Práticas rituais desenvolvidas entre os IV e o I milénio a. C. no território português”, oportuno e sugestivo tema conforme demonstraram os trabalhos apresentados e de que este volume dá conta.

O nosso contributo¹ incidiu sobre rituais do corpo, eles próprios muito distintos entre si, desde logo se nos centrarmos no corpo dos mortos ou, pelo contrário, no dos vivos. O assunto é complexo, particularmente porque a Arqueologia não dispõe de muitas das ferramentas de controle necessárias à sua discussão. Por conseguinte, há que ter consciência, desde já, das muitas limitações existentes. Contudo, o corpo humano constitui uma potencial fonte de simbolismo de enorme riqueza que pode ser – e tem sido ao longo dos tempos – apropriada de diferentes formas.

Conforma nos recorda Synnott (1993, p. 263), o corpo humano pode ser encarado de distintos pontos de vista: como indicador para um passado evolucionista (Antropólogos físicos), como índice de superioridade de raça ou de género, como forma de aprendizagem (Mauss), como instrumento de produção e de repressão (Marx e Engels), como elemento de controlo político (Foucault), etc.

À Arqueologia importam as análises do corpo como construção cultural e de negociação social, expressando identidades de género, etárias, de grupo, de *status*, etc. O corpo é, assim, um instrumento de referência, quer do próprio e do modo como se afirma (ou não afirma) perante ou outros, quer destes e da forma como estes vêem aquele. É nesta relação social através do corpo que se desenvolvem e expressam determinados comportamentos ritualizados.

No estudo dos rituais do corpo, a Arqueologia conta com quatro grandes categorias de testemunhos: os que podemos abordar através da óptica circunscrita da Antropologia Física, os que se encontram figurados explícita ou implicitamente na iconografia, os que integram estruturas e contextos e os que correspondem a artefactos manipulados na “arte de transformação do corpo”, com ou sem contexto.

O objectivo deste texto incidirá nestes últimos, embora em articulação com os restantes e sem esquecer o papel positivo que a Etnografia poderá desempenhar nesta matéria. Partiremos de algumas considerações gerais e de uma perspectiva diacrónica para casos concretos atribuídos, globalmente, a finais da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro, altura em que a expressão corporal como manifestação e afirmação do poder assumiu papel cimeiro.

* Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. CEAUCP/CAM. rvilaca@fl.uc.pt

¹ Cumpre-me agradecer ao Prof. Luís Aires-Barros e ao Prof. João Luís Cardoso o gentil convite para colaborar neste Colóquio.

2. RITUAIS E ARTEFACTOS DE TRANSFORMAÇÃO DO CORPO

Podemos entender por ritual um conjunto de regras ou atitudes que se praticam de forma repetitiva, formalizada, estereotipada e performativa, em lugares particulares e/ou em alturas especiais, com propósitos vários: como forma de comunicação, como forma de reduzir tensões sociais, como forma de reforçar os vínculos de um grupo, etc. Por sua vez, é muito diversa a natureza dos rituais: funerários, de comensalidade, de intensificação, de legitimação, de fundação, de condenação, de passagem, com as suas clássicas etapas definidas por Arnold Van Gennep – separação, transição e integração –, etc. Nem sempre, mas em muitos deles, o corpo desempenha papel crucial, seja como intermediário e actor na cerimónia, seja como alvo principal e objecto do próprio ritual.

No estudo dos rituais do corpo, as práticas funerárias detêm papel de relevo, com todo um amplo e diversificado leque de problemáticas que vão muito além dos rituais de enterramento propriamente ditos. A materialidade destes dá-nos conta do ritual empregue – inumação ou incineração –, do local e modo como foi feita a deposição e das oferendas que o acompanham, mas dificilmente nos deixa pistas sobre as cerimónias funerárias decorridas antes, ou seja, na preparação do morto, e, eventualmente, também depois, durante o enterramento propriamente dito, pois a morte não se reduz a um dado pontual ou factual. Por outro lado, não podemos esquecer que nos rituais da morte há lugar a outras soluções que não se circunscreveram a enterramentos formais, antes passaram pela exposição dos corpos², pela sua deposição em meio aquático e pela manipulação e transposição de ossos de uns lugares para outros.

Neste campo, diversos testemunhos sugerem que, ao longo do tempo, o crânio mereceu sempre um tratamento ritual diferenciado, quer pela sua presença separada do resto do corpo, quer pela existência de esqueletos sem aquele, quer ainda pelos fragmentos de calotes cranianas conservados. Em alguns casos percebe-se claramente que se trata não de um ser humano que morreu, mas de um ritual que exigiu a morte de um ser humano.

Um dos casos de referência corresponde aos 299 crânios, com cronologias desde o Neolítico à Época romana que, em diversos momentos, têm aparecido no Tamisa, ao longo de cerca de 150 km (BRADLEY & GORDON, 1988). Fenómeno idêntico registou-se em sete sítios de passagem distintos do vale do Saône, com a deposição de 47 crânios atribuíveis às Idades do Bronze e do Ferro (BONNAMOUR, 2009).

A deposição ritual de ossos humanos não se circunscreveu, porém, a lugares naturais, mas também se efectuou em outros pontos críticos de elevado simbolismo, concretamente em fossos, muralhas e entradas de povoados, portanto em pontos limítrofes, de fronteira, como bem mostrou Joana Brück (1995, p. 257). Se os primeiros casos podem testemunhar, de acordo com diversos investigadores, uma prática funerária peculiar em meio aquático, os segundos deverão ser entendidos como relíquias de antepassados depositadas próximo dos vivos.

Para o território hoje português, podemos evocar alguns testemunhos que sugerem prática similar de manipulação ritual do corpo humano, uns de natureza claramente funerária, outros evocativos tão-só de rituais que, no fundo, desconhecemos. Recordemos, entre outros, os dois corpos, um deles do sexo masculino, sem crânio, da sepultura da Idade do Bronze de Belmeque (Serpa), o que indicia possível decapitação (SOARES, 1994, p. 182); ou a estranha situação dos crânios sem face da Anta da Arquinha da Moura (Tondela) (CUNHA, 1995, p. 135), como que evocando, pela sua ausência, a negação da própria identidade dos indivíduos presentes. Este caso bem mereceria ser aprofundado e estudado, exigindo-se o mesmo para os dois crânios humanos do fosso do povoado da I Idade do Ferro da Quinta do Almaraz (Almada), onde não apareceram quaisquer outros restos humanos, mas

² Veja-se a referência de Sílio Itálico (*Pun.* III,340-343) em relação aos Celtiberos: “Para estes é uma honra cair em combate e sacrilégio incinerar um corpo morto deste modo. Pois crêem que são retornados ao céu, junto aos deuses do alto, se o abutre esfomeado devora os seus membros jacentes”. Também para os Vaceus os abutres eram animais sagrados, a quem se entregavam os que tinham perdido a vida na guerra.

onde é significativa a presença de cães³ (BARROS, 1999, p. 80 e 94). Evocativo de um ritual de fundação é o crânio do depósito votivo de Garvão (Ourique), do séc. III a. C., pertencente a uma mulher de 35/40 anos, neste caso com sinais de morte ritual (FERNANDES, 1986; ANTUNES & CUNHA, 1986). Já o fragmento de calote craniana humana proveniente do povoado da Cabeça de Vaia Monte (Monforte) (FABIÃO, 1996, p. 39), com condições de achado desconhecidas, é difícil de interpretar, bem como de datar, mas a que não seria despropositado atribuir um significado como relíquia na linha interpretativa de Joana Brück, atrás mencionada.

Alguns dos restos humanos referidos, como este último caso, articulam-se claramente com contextos habitacionais demonstrando que os rituais da morte, enquanto rituais de passagem para outra vida, nem sempre implicaram o afastamento físico dos vivos, de que os enterramentos formais, nomeadamente infantis, conhecidos em outros contextos, são bem ilustrativos.

Mas deixemos os rituais da morte, aliás ampla e eloquentemente apresentados neste Colóquio, e centremo-nos nos rituais do corpo em termos abrangentes. Por rituais do corpo devemos entender a totalidade dos rituais praticados *no, com o, e através do* corpo humano, dos mortos e dos vivos, numa aproximação ao que Mauss (1973, p. 365, 382) designou por “Técnicas do Corpo”, ou seja, as formas como os homens se sabem servir dos seus corpos. Por uma questão metodológica, entendemos sistematizá-los em quatro grupos, embora eles possam ocorrer cumulativamente num só, em parte ou na totalidade.

2.1. O corpo enquanto fonte de energia

Num primeiro grupo podemos incluir os rituais que resultam do *corpo humano enquanto fonte de energia*, como a dança, a mímica, a gestualidade, a música, os cânticos ou os gritos de guerra. Por razões óbvias, estão irremediavelmente afastados do nosso alcance em termos de conhecimento directo. Da sua existência encontramos eco na iconografia de distintas épocas com figurações de danças e de instrumentos musicais, como por exemplo na “Arte do Levante Espanhol” ou nos baixos-relevos da “Arte Ibérica”. Para os finais da Idade do Bronze, contamos com os próprios instrumentos musicais, reais, como as trompas e crótalos irlandeses ou as luras escandinavas. Mas outros, elaborados em materiais perecíveis e que mal conhecemos, terão origens bem mais remotas.

Na Península Ibérica destacam-se as representações de liras (ou outros instrumentos de cordas) nas estelas, como na de Luna ou Valpasmás, o que comprovaria, na óptica de Almagro, a existência de aedos e bardos ao serviço de elites, para acompanhamento de canções e poemas recitados em cerimónias como banquetes e funerais (ALMAGRO GORBEA, 1998, p. 89-90). Aliás, este mesmo investigador avança a hipótese de, entre os materiais provenientes de Baiões (S. Pedro do Sul), existirem elementos pertencentes a um possível *tintinabulum* ou *calcofone*, concretamente três peças semicirculares com perfurações na base, que é plana, e onde encaixariam espiras em bronze, achadas conjuntamente mas que não foram publicadas (Fig. 1) (ALMAGRO GORBEA, 1998, p. 82; 2005, p. 42). Quer Armandó Coelho, quer Barbara Armbruster, classificam estes bronzes como objectos de adorno e pingentes (SILVA *et al.*, 1984, p. 92; Est. XI-1, 2 e 3; ARMBRUSTER, 2000, p. Tafel 18), embora nos pareça que não seja afastar a hipótese de poderem ser elementos de arreios. Como elementos sonoros de âmbito ritual ou sacro, embora mais tardios, refiram-se ainda as campainhas de Cancho Roano e o pequeno cúbulo de prata do depósito de Garvão.

Relatos escritos respeitantes a determinadas comunidades proto-históricas mais tardias permitem-nos ainda saber que no combate se entoavam gritos e cânticos rituais associados à expressão corporal, que deveriam valer

³ A associação e/ou proximidade de canídeos a restos humanos parece ser um ritual transversal no tempo, como bem ilustram outras situações de contextos peninsulares e europeus, tendo sido mais uma vez testemunhado pelo contributo que António Carlos Valera trouxe a este Colóquio com o caso dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz).

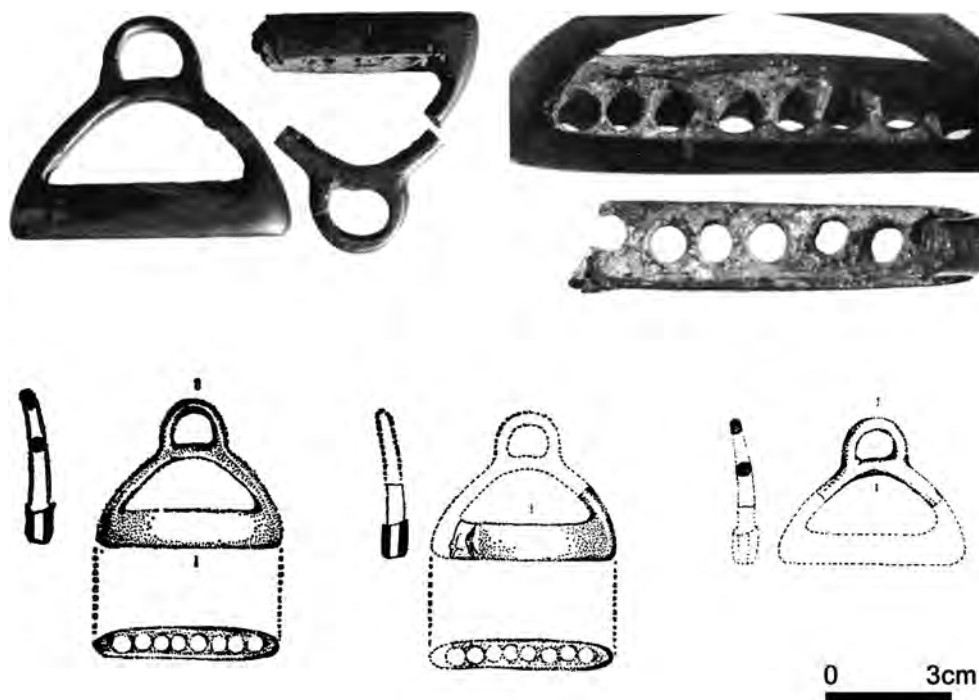


Fig. 1 – Peças de bronze da Sr.^a da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul (seg. SILVA *et al.*, 1984 e ARMBRUSTER, 2000).

tanto ou mais que as armas. Apiano (*Iberia* 71), Diodoro (33,21) e Estrabão (3,3,7) referem-se aos jogos e combates rituais, como sublinha Almagro ao recordar esta passagem: “Avançam com movimento rítmico e cantam quando atacam os seus inimigos” (Diodoro 5,34).

2.2. O corpo enquanto espaço de registo

Situação bem diferente, porque com ela nos podemos confrontar, é a do *corpo humano enquanto espaço de registo*, onde se detectam marcas e sinais de natureza vária, nomeadamente ritual. Neste caso, o arqueólogo dialoga de forma estreita com o antropólogo de forma a aproximar a óptica osteológica daquele da perspectiva social inerente à ciência arqueológica.

Como suporte de registo, o corpo humano é automaticamente modificado. As alterações físicas, definitivas ou temporárias, podem circunscrever-se aos ossos, com mutilações, trepanações, deformações cranianas, ainda que nem todas, nem sempre, obedecendo ao foro ritual, como bem se sabe. Para além das marcas nos ossos e de (supostas e prováveis) escarificações na pele, a iconografia é, mais uma vez, um campo privilegiado e potencialmente evocativo dessas práticas, se bem que problemático, pois são muitas as limitações da “arte” como documento arqueológico.

Dos vários exemplos que poderíamos referir, tomemos a representação, em negativo, das mãos paleolíticas, como o notável conjunto de cerca de 71 mãos da gruta de Maltravieso (Cáceres), exibindo apenas alguns dedos, dedos incompletos, ou dobrados. Explicações várias têm sido propostas para estas e outras imagens similares, entre as quais se contam possíveis deformações patológicas, mutilações casuais, mas também intencionais, resultantes da eventual existência de determinados códigos do foro ritual.

Praticamente desconhecidas, mas nem por isso menos importantes, foram seguramente as alterações efectuadas na pele: tatuagens, escarificações, cicatrizes. Infelizmente, só em condições muito excepcionais de conservação dos corpos é possível a confirmação directa desta forma peculiar de transformação do corpo. No espaço europeu, são notáveis as mumificações de corpos em pântanos da Dinamarca, Irlanda e Inglaterra, como a do célebre “Homem de Lindow” (Moss, Cheshire, Inglaterra), datado de cerca de 300 a.C. Brutalmente golpeado na cabeça, estrangulado, degolado, foi depois atirado ao pântano; conservava ainda vestígios de pintura no corpo. Vestígios de tatuagens foram também identificados no corpo gelado do “Homem de Ötzi (Itália), o que permite pensar numa relativa generalização dessa prática, uma vez que neste caso não se trata de morte ritual. Outros exemplos com tatuagens são conhecidos pelos corpos bem conservados nos gelos do sul da Sibéria, como o da mulher dos Pazirik, com cerca de 2400 anos.

Na falta de corpos mumificados como estes, o recurso à iconografia é, mais uma vez, o meio para possível aproximação ao conhecimento de práticas rituais expressas no corpo humano, com todos os riscos que lhe são inerentes e que convém, de novo, sublinhar. A este propósito, poderemos recordar a parafernália de representações estilizadas antropomórficas neolíticas e calcolíticas parecendo exibir faces tatuadas, ou ainda outros testemunhos posteriores cujo corpo poderá traduzir prática similar.

E se o esquematismo das estelas da Idade do Bronze quase nunca nos permite dizer se estão nus ou vestidos os antropomórficos nelas representados, a verdade é que, em alguns, os corpos foram “trabalhados”. Por exemplo, e à semelhança de outras, as controversas linhas transversais do tronco do personagem da estátua-menir de Ataúdes (Figueira de Castelo Rodrigo), tidas como potencial figuração das costelas ou couraça protectora (VILAÇA *et al.*, 2001, p. 74-75), poderão igualmente corresponder a tatuagens que, metaforicamente, tanto evocariam as primeiras, como exerceriam a função protectora, apanágio da segunda (Fig. 2). E poderão ser ainda eventuais

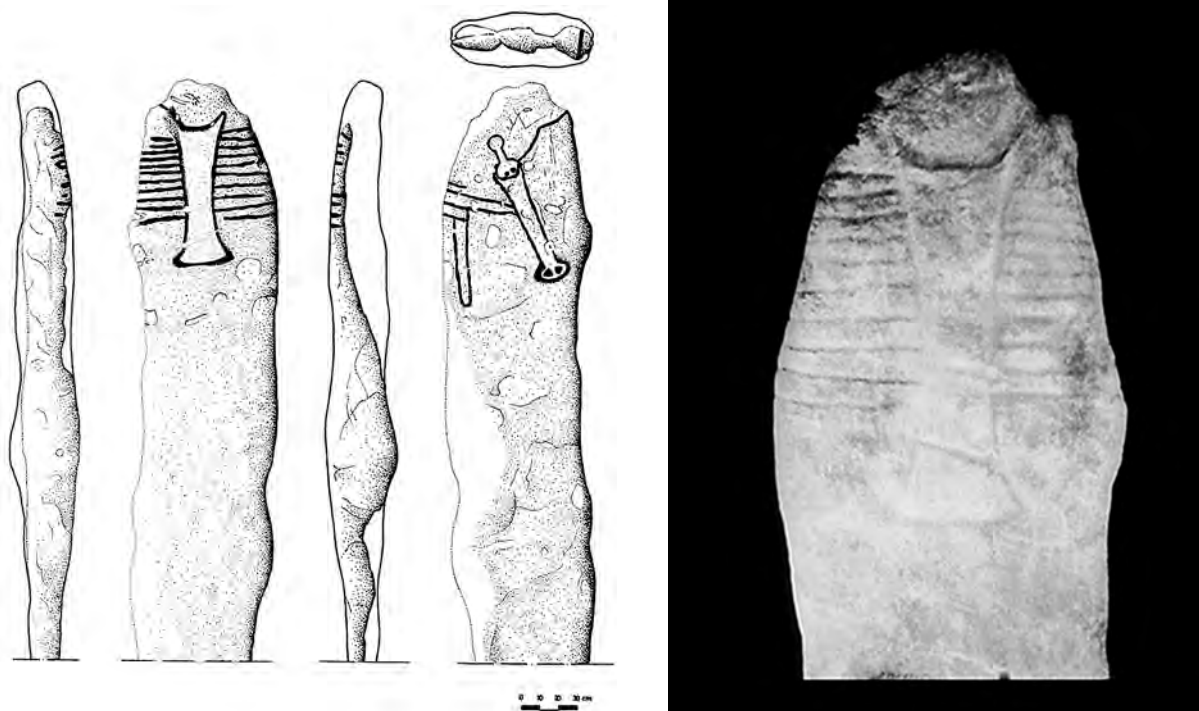


Fig. 2 – Estátua-menir de Ataúdes, Figueira de Castelo Rodrigo (seg. VILAÇA *et al.*, 2001).

tatuagens os motivos gravados, quase imperceptíveis, no peito do personagem da estela-menir de S. Martinho II (Castelo Branco), que Varela Gomes e Pinho Monteiro registaram no respectivo levantamento (GOMES & MONTEIRO, 1976-77, p. 315). Mais tarde, os guerreiros sidéricos do Vale da Vermelha, no Côa, parecem protegidos por largos cinturões à volta do tronco (MARTINHO, 1999, p. 167; VILAÇA *et al.*, 2001, p. 78, nota 12), mas não esqueçamos que nessa altura, e seguinte, os guerreiros também combatiam nus e com o corpo pintado, conforme registo de autores clássicos como Políbio (*Historias*, II, 28), Dionísio de Halicarnasso (*Historia de Roma*, XIV, 9) ou Tácito (*Germania*, 43).

Nesta linha interpretativa, é crível que espátulas, agulhas, sovelas e estiletos, de osso, madeira ou metálicos, eventualmente também espinhos vegetais, tivessem sido utilizados na aplicação de pigmentos (v.g. negro de fumo), como há muito foi sugerido por Afonso do Paço a propósito de materiais de Vila Nova de São Pedro, entre outros (PAÇO, 1970, p. 288). A eles estariam associados pequenos recipientes cerâmicos ou de pedra, alguns com coloração rubra no interior, evidenciando restos do conteúdo.

Em aberto permanece a eventualidade de a tatuagem superficial dos corpos ter ainda recorrido a “pintadeiras”, em osso, madeira ou aproveitando matrizes naturais (vg. cápsulas de frutos?), de que não ficaram vestígios. Colocamos já a hipótese de algumas peças metálicas⁴ serem assim interpretadas, nomeadamente a da anta do Monte do Cabeço (Montargil, Ponte de Sor), em cobre arsenical (LEISNER, 1953, p. 232 e 253, p. FERREIRA, 1963; VILAÇA, 2000, p. 41, nota 3).

Seja como for, a pintura ritual dos corpos obedeceu à necessidade de os distinguir, desde logo, como demarcação para com a natureza; mas também para com os outros, no seio do próprio grupo, como forma de integração e de rejeição, ou em relação às pinturas próprias e individualizadoras de um outro grupo distinto. O estatuto social ou a identidade étnica também poderiam ser expressos nas peles nuas dos corpos.

Naturalmente que, comentando-se a pintura ritual dos corpos, não podemos esquecer a sua outra dimensão protectora que encontra na utilização do ocre enquanto substância ritual por excelência, desde tempos ancestrais, supremo exemplo, como é bem visível na sepultura paleolítica do “Menino do Lapedo” (Leiria), envolto em mancha avermelhada, ou se deduz ainda da significativa denominação da “camada vermelha” da Lapa do Fumo (Sesimbra) atribuída por Cunha Serrão.

2.3. O corpo enquanto elemento receptor de indumentária e adornos

Num outro grupo podemos incluir as práticas rituais que abordam o corpo *enquanto elemento receptor de indumentária e adornos*. Porventura, será de entre eles o que tem sido mais explorado, mormente no âmbito do estudo de todo um conjunto numeroso e diversificado de adereços de matérias várias, naturais, como conchas e dentes de animais, ou artificiais, nomeadamente de ouro, prata e bronze, desde colares, braceletes, torques, anéis, brincos, botões, fíbulas, fechos de cinturão, apliques discóidais, jóias sonoras, etc.

Estes elementos deverão ter sido manipulados de modo muito distinto ao longo do tempo e conforme as circunstâncias. Uns terão tido uso excepcional, ou até mesmo único, irrepetível, numa altura especial, eventualmente merecido só no final da vida; outros terão conhecido uso precoce, contínuo e vitalício. Uns terão sido usados

⁴ Algumas delas, cujo contexto se desconhece, deverão ser já históricas e corresponder a “pintadeiras” utilizadas como marcas de bolos cozidos em fornos colectivos. Por outro lado, mais recentemente, foi dada a conhecer uma outra matriz, em cerâmica, de níveis da Idade do Ferro de Freiria (Cascais), embora neste caso considerada pelos responsáveis da escavação como matriz para imprimir decoração de rosáceas em cerâmica (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1996, p. 197).

isoladamente em função do seu elevado valor singular, por exemplo como relíquia; outros, pelo contrário, só terão tido sentido se manipulados conjuntamente e de forma aditiva, uma vez que o poder – é disso que se trata –, também se expressaria pela acumulação de bens no próprio corpo: quanto mais pesado e ataviado, mais rico e poderoso.

Neste sentido, o corpo humano também pode ser encarado como espaço e contexto de bens de diverso tipo – para o pescoço, para as orelhas, para o nariz, para o peito, para os dedos, para os pulsos e artelhos, etc. –, que se vão somando e acumulando, possibilitando combinatórias várias, tal e qual como nos depósitos metálicos, onde igualmente se encontram. Ou, pelo contrário, o corpo pode ter servido de espaço e contexto a um único tipo de adereço, embora repetitivo, como evocam os numerosos conjuntos de braceletes das necrópoles do Bronze Final de Tanchoal e Meijão (Alpiarça), fenómeno também expresso em numerosos depósitos de artefactos metálicos.

Alguns colares do Bronze Final, designadamente do “tipo Sagrajas-Berzocana”, foram considerados por Almagro Gorbea (1977, p. 61)¹ como pertença feminina, com base no seu diminuto diâmetro, portanto, interpretados como elementos de género. Mas não nos parece que seja descartável a hipótese de um eventual uso infantil tendo em conta a importância, à época, do sentido de hereditariedade, de linhagem e de pertença. O tamanho bem reduzido de alguns, como o da Lapa do Moirão (Penela), com apenas cerca de 10 cm de diâmetro, bem poderia ser entendido desta forma alternativa. Deste modo, a reduzida dimensão de algumas jóias não traduz necessariamente uma posse em termos de género, mas tão-só etária.

Numa abordagem mais demorada dos adereços do corpo, teríamos ainda de distinguir os que se sobrepõem ao corpo – caso dos exemplos antes mencionados – e os que se incorporam no próprio corpo, isto é, que funcionaram como *piercings*, nomeadamente com o objectivo de deformação ritual de determinados órgãos, como o nariz e as orelhas, cujos lóbulos podem ser esticados e/ou alargados.

Aparentemente, os dados são quase nenhuns, mas não é fantasiosa esta hipótese se considerarmos as sugestivas análises de Mary Cahill em relação a determinadas peças como as bobines e caixas formadas por dois discos ligados por cilindro central, exclusivas da ourivesaria do Bronze Final irlandês, como as do depósito de Ballinesker (Wexford), e que aquela investigadora considera prováveis “alargadores” do lóbulo da orelha, com base em analogias egípcias, gregas e etruscas (CAHILL, 2004). No mesmo sentido poderia ser convocada a estatueta da deusa Tanit proveniente da necrópole púnica de Puig dels Molins (Ibiza), cujas orelhas estão adornadas com objectos similares (Fig. 3). Hoje em dia, para aquele propósito, recorre-se a soluções idênticas, como ilustra a Fig. 4. Por sua vez, e percorrendo também o caminho da Etnologia, Barbara Armbruster aprofundou recentemente esta problemática, considerando que certos tipos de jóias tradicionalmente interpretados como adereços de cabelo (*hair-rings*, *lock-rings*) ou fechos de vestuário (*dress-fasteners* e *sleeve-fasteners*) seriam mais apropriados a serem presos por pressão no septo nasal ou no lóbulo da orelha (ARMBRUSTER, 2008, p. 79, 187, 197).

Entre os adornos do corpo contam-se ainda o vestuário², que não comentaremos, e as máscaras, neste caso como elemento supremo, de transfiguração, de disfarce completo, em que o indivíduo, enquanto corpo físico e social se transforma numa outra pessoa ou encarna uma divindade, isto é adquire uma outra identidade.

No Ocidente europeu as máscaras conhecidas remetem-nos para a Idade do Ferro, quer da órbita funerária do mundo púnico, quer no mundo celta, mas o seu uso e funções têm origem milenar como bem revelam as conhecidas figurações paleolíticas de Trois Frères (França), ou as interessantíssimas figuras humanóides com cabeça de chacal da Ribeira de Piscos – rocha 24 (Vale do Côa), de período Madalenense, recentemente estudadas por Martinho Baptista. No longo ciclo da arte do Côa, voltamos a encontrar máscaras, em novas versões, como a que preside aos guerreiros sidéricos com cabeças de pássaro, já antes mencionados.

⁵ Inspirado, como refere, na proposta de Hawkes a respeito do estudo do colar de Sintra.

⁶ Exclui-se, naturalmente, o vestuário na sua dimensão protectora do corpo



Fig. 3 – Estátua de Tanit, Puig dels Molins (foto Instituto Arqueológico Alemão, Madrid).



Fig. 4 – Estudante da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra com alargador de orelha.

Embora muito distintos e transversais no tempo e espaço, como vimos, subjacente a todas estes instrumentos e técnicas de alteração da aparência do corpo encontra-se um dos principais critérios de distinção entre humanos e animais: a capacidade de transfiguração, seja na sua alteração física propriamente dita – tatuagens, deformações, depilação –, seja na transformação mediante indumentária vária – vestuário, adornos, máscaras –, constituindo, duplamente, uma forma de diferenciação e de individualização. Com essas “técnicas” assegura-se a passagem da natureza à cultura, da animalidade à humanidade, pois só o homem introduz marcas no seu corpo ou o transforma com indumentária e adornos, ainda que, por vezes, por mimetismo em relação àqueles. Só o homem tem aptidão e necessidade de alterar a sua aparência corporal com o propósito de criar uma nova identidade.

2.4. O corpo enquanto instrumento de negação

Ora, essa outra identidade pode ainda ser construída por um mecanismo de subtracção e assim chegamos ao quarto e último grupo que sistematizámos e que encara *o corpo humano enquanto instrumento de negação*. Neste caso, e ao contrário dos anteriores, o ritual de transformação do corpo é feito não pela adição de novos elementos, quaisquer que eles sejam, mas pela remoção dos existentes, concretamente dos pêlos.

Na aparência do corpo a pilosidade detém um papel primordial, seja na sua conservação e empolgamento, por exemplo na elaboração de penteados, alguns imbuídos de significativo papel simbólico (vg. o “Homem de Clonycavan”, Irlanda, datado de cerca de 392-201 a.C., possuía o cabelo fixado com resina de pinheiro), seja recorrendo a postíços, portanto, e para todos os efeitos, ainda a uma máscara. Mas a pilosidade também pode ser encarada em sentido contrário, através da sua subtracção, total ou parcial. É também nesta relação de ambiguidade da barba com o corpo – que cresce, mas pode ser cortada, para voltar a crescer – que importa encará-la como um importante símbolo cultural.

Assim, pentes, pinças e navalhas de barba são outros tantos artefactos manipulados na “arte de transformação do corpo”. Como é sabido, e embora conhecidos para períodos anteriores, tais elementos adquiriram papel primordial nos finais da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro. Não obstante a sua raridade, podem ocorrer, todos os três, em diversos tipos de contexto, desde habitats a sepulturas e depósitos, passando pela sua figuração, perene, mas sempre problemática, nas designadas “estelas extremeñas”. É àquelas últimas, as navalhas, que dedicaremos a última parte deste texto.

3. NAVALHAS DE BARBEAR E SUA PROBLEMÁTICA

3.1. Questões de identificação

De entre os três tipos de objectos – pentes, pinças e navalhas –, estas últimas colocam problemas particulares, quer a um nível primário de identificação, quer em termos de uso e funcionalidade.

Comparativamente ao que se passa além-Pirenéus, as navalhas de barba em bronze são extremamente raras na Península Ibérica, particularmente se colocarmos de parte o mundo mais oriental vinculado ao fenómeno dos Campos de Urnas, onde as encontramos em diversos contextos.

Assim, o depósito burgalês de Huerta de Arriba, com quatro exemplares, um dos quais decorado, de “tipo paleta”, segundo designação de Almagro, continua a ser excepção (SANTA OLALLA, 1942; ALMAGRO BASCH, 1943). O mesmo sucede com o intrigante conjunto da cabana Be 2 de Cerro del Berrueco (Salamanca), que

prestou duas navalhas⁷, de ferro (MALUQUER DE MOTES, 1958, p. 45 e 48). No caso do território português, essa raridade é manifesta, visto que apenas se encontravam publicados até agora dois exemplares, o de Caldas de Monchique e o do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior).

Sendo certo que essa raridade assentará em motivos de ordem cultural, a verdade é que também se trata de uma categoria de artefacto muito delicado, com lâminas finíssimas, de fácil fragmentação, que se podem traduzir em pedaços amorfos e, por conseguinte, difíceis de identificar. Portanto, não será estranhável que alguns fragmentos de bronze até aqui interpretados de modo distinto possam vir a ser reclassificados como navalhas. Por outro lado, a forma de algumas navalhas, concretamente as de lâmina ovalada e espigão, é facilmente confundível com a de outros tipos de artefactos, caso das pontas de “tipo Palmela”, conforme foi há muito sublinhado por Fernandez Manzano (1986, p. 87, nota 204).

As questões de identificação colocam-se ainda a um outro nível, na medida em que a bibliografia recente, que adiante comentaremos, tem avançado com novas propostas de classificação de navalhas, quer com base em artefactos – peças até aqui classificadas como *tranchets* também serão navalhas –, quer apoiadas em imagens – os até agora espelhos figurados nas estelas de “tipo extremenho” deverão corresponder a navalhas.

Assim, e se aceitássemos estas novas propostas interpretativas, a raridade antes mencionada diluir-se-ia, a tipologia diversificar-se-ia, mantendo-se, porém, um apertado grau de selectividade de determinados tipos que, de facto, não se encontram nas estelas. Porém, mais importante do que isso, seria (é?) a eliminação do registo arqueológico de determinadas evidências tidas como certas e, conseqüentemente, a anulação das actividades, intenções e motivações que tais elementos poderiam (podem?) expressar.

Mas comecemos pelos exemplares que, até ver, não colocam problemas desta natureza, confirmando, aliás, a tónica de raridade que esta categoria de instrumentos oferece por todo o lado no contexto das produções metalúrgicas de finais da Idade do Bronze.

3.2. Navalhas de barbear do território português

Face às informações disponíveis para o território português, é possível contabilizar cinco navalhas de barbear, de distintos tipos, atribuíveis a contextos do Bronze Final e I Idade do Ferro: Caldas de Monchique, Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior), Castro de Santa Luzia (Viseu), região de Beja e Crasto de Tavarede (Figueira da Foz)⁸.

Caldas de Monchique, Monchique

Em 1947 é publicada uma navalha de barbear que tinha sido encontrada casualmente nas Caldas de Monchique entre os entulhos existentes junto ao Barranco do Banho e perto da Fonte da Pancada n.º 2, em Monchique (VIANA *et al.*, 1947, p. 6 e 8; FORMOSINHO *et al.*, 1953, p. 130). Não é possível valorizar contextualmente esta peça, que poderá ter vindo de vários sítios⁹, ainda que não seja de ignorar o facto de se tratar de um achado em local onde se identificaram restos de um balneário romano, isto é, um espaço onde, justamente, se tratava do corpo (e do espírito).

Embora recolhida num amontoado de sucata, a peça encontra-se completa, fazendo parte das colecções do Museu Geológico (n.º inv. 93.1)¹⁰ (Fig. 5). Apresenta lâmina oval, lisa, e pedúnculo longo, encontrando-se ligeira-

⁷ Pela imagem disponível na publicação, uma das navalhas aproxima-se do tipo Pantalica definido por Giardino, 1995, p. 225.

⁸ O exemplar do Crasto, que não abordamos, foi publicado por Santos Rocha, tendo também merecido curtas notas em Pereira, 1994, p. 38 e Carreira, 1994, p. 84.

⁹ Agradecemos ao Prof. Doutor João Luís Cardoso por nos ter chamado a atenção para este aspecto.

¹⁰ Agradecemos ao Prof. Doutor Miguel Magalhães Ramalho a autorização para analisarmos e fotografarmos esta peça.



Fig. 5 – Navalha de Caldas de Monchique, Monchique (adap. FORMOSINHO *et al.*, 1953; foto R. Vilaça).

mente corroída nos gumes. A observação directa que pudemos fazer da peça, permite-nos corrigir alguns dos valores das dimensões apresentadas na publicação, concretamente o comprimento total, que é de 13,3 cm, contra 11,2 cm (VIANA *et al.*, 1947, p. 8).

Os autores da sua divulgação revelam conhecimento das problemáticas então existentes, apontando como paralelos mais próximos os que nos conduzem ao depósito de Huerta de Arriba (Burgos), atrás mencionado.

Note-se, porém, que as maiores semelhanças circunscrevem-se à peça mais pequena daquele depósito, com lâmina também ovalóide, mas que se distingue das restantes porque, tal como a de Caldas, a união entre a lâmina e o espigão é em ângulo recto e não agudo. Este pormenor tem sido utilizado como elemento de distinção cronológica (FERNANDEZ MANZANO, 1986, p. 88), o que tornaria aceitável uma cronologia do Bronze Final I para a navalha de Caldas de Monchique, aliás não totalmente discordante de possíveis sepulturas existentes na região.

Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior

No oportuno estudo que Júlio Roque Carreira (1994, p. 127-5) dedicou aos materiais das ocupações pré-históricas do Abrigo Grande das Bocas resultantes de escavações realizadas em 1937, conta-se uma navalha de barba decorada (Fig. 6) pertencente às coleções do Museu Nacional de Arqueologia¹¹ e cuja existência foi dada a conhecer por Kalb (1980, p. 32 e 51).

Embora bastante corroída, é perceptível que se trata de um tipo de lâmina bífida, com reentrância em V no topo, e pequeno orifício circular imediatamente abaixo. Na parte central possui fina decoração incisa, de configuração elipsoidal, atingindo o início do pedúnculo, completo. O autor integra-a na classe II de Piggott, que reúne aquele tipo de lâminas, mas a presença de decoração em corpo lanceolado, característica das de classe I, permitiu-lhe considerá-la um exemplar híbrido (CARREIRA, 1994, p. 83). Por sua vez, Cláudio Giardino integra-a no seu Grupo C, o das lâminas bífidas (GIARDINO, 1995, p. 227). Este tipo de lâmina e a ligação em ângulo agudo do

¹¹ Agradecemos ao Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Luís Raposo, a autorização para a análise desta peça.



Fig. 6 – Navalha do Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior (adap. CARREIRA, 1994; foto MNA).

pedúnculo àquela, são elementos considerados tardios dentro do Bronze Final (FERNÁNDEZ MANZANO, 1986, p. 88), embora as lâminas com essa característica ocorram já em contextos do Bronze Final I, concretamente no grupo de Rosnoën (BRIARD, 1965, p. 160 e fig. 53).

As duas análises por fluorescência de raios X revelaram, em média, uma composição de $72.91 \pm 3.7\%$ de cobre e $27.10 \pm 3.75\%$ de estanho (SERUYA & CARREIRA, in CARREIRA, 1994, p. 140), portanto em sintonia com as características da metalurgia do Bronze Final do Centro do território hoje português.

Santa Luzia, Viseu

Na tese de mestrado de Ivone Pedro, defendida em 1995 na FLUP, mas que infelizmente se mantém inédita, são estudados diversos materiais das escavações realizadas por João Inês Vaz, na década de oitenta, no Castro de Santa Luzia, mesmo às portas de Viseu. Alguns desses materiais encontram-se expostos na “Sala-Museu Monseñor Celso Tavares da Silva”, da Universidade Católica (Pólo de Viseu), onde temos levado os nossos alunos no âmbito de visitas de estudo¹². Na que aí realizámos em Maio de 2008, foi possível identificar uma peça que nunca tínhamos visto ali exposta e que nos chamou a atenção, pois trata-se de uma navalha de barbear (Fig. 7).

A peça tem marcado “SL-27-II” e encontra-se em saco de plástico com o número 440. De perfil sinuoso, está incompleta, fragmentada em duas partes e bastante corroída, particularmente na folha. Esta, que seria oval ou elipsoidal, é lisa e conserva ainda o orifício central característico de este tipo de navalhas. O pedúnculo está igualmente incompleto e bastante fragilizado com fractura transversal iminente. Nas actuais dimensões, o comprimento total da peça é de 8,2 cm, a largura máxima é de 4,4 cm, medindo o pedúnculo 2,8 cm; o peso é de 0,38 g. Foi elaborada a partir de uma chapa de bronze martelada, trabalho que não só lhe conferiu maior endurecimento, como permitiu a obtenção de uma lâmina finíssima de c. 1 mm de espessura.

O estado de fragmentação da peça e a presença do orifício terão induzido Ivone Pedro, que a publica, a classificá-la como fragmento de caldeiro de duas placas sobrepostas unidas por rebite, desaparecido (PEDRO, 1995, p. 135, 149 e Est. LX-12); desta estação existem, com efeito, alguns fragmentos de recipientes em chapa rebitada

¹² Agradecemos ao Prof. Doutor João Inês Vaz não só as facilidades concedidas nas referidas visitas, como a autorização para o estudo desta peça.

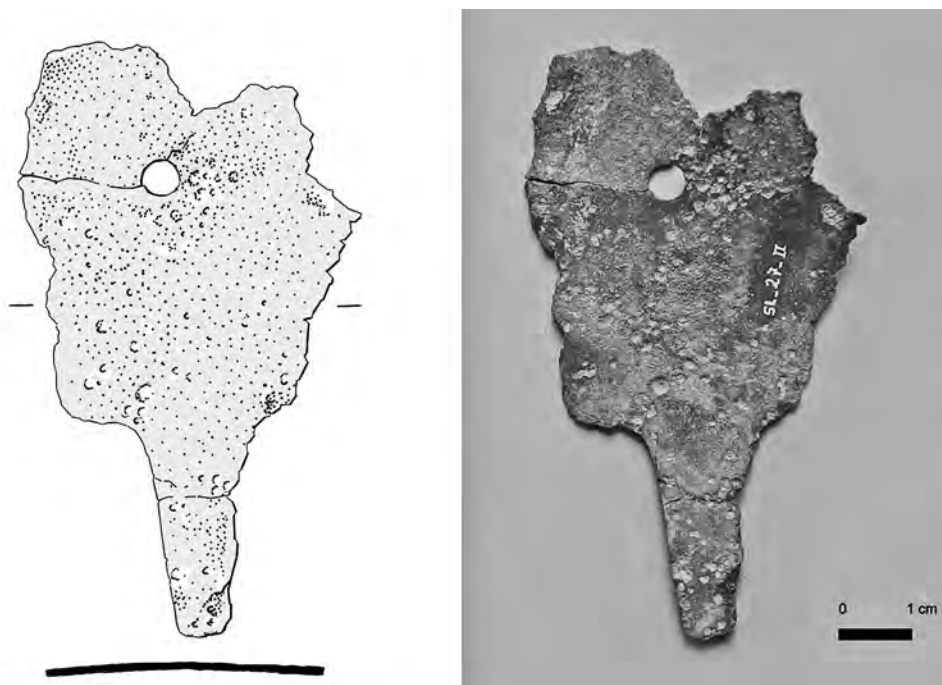


Fig. 7 – Navalha de Santa Luzia, Viseu (des. J. L. Madeira; foto R. Vilaça).

correctamente interpretados.

Embora com óbvias diferenças relativamente às navalhas das Caldas de Monchique e do Abrigo Grande das Bocas, todas as três fazem parte da grande família de navalhas de lâmina ovóide ou rectangular com espigão ou pedúnculo, da órbita atlântica, nomeadamente de França e Ilhas Britânicas, e que aí começam a surgir em contextos datáveis desde o Bronze Médio. Retomando as considerações de Fernandez Manzano (1986, p. 87-88) com base na tipologia de Pigott, esta peça não seria, dentro do Bronze Final, muito tardia, atendendo ao tipo de ângulo (recto/obtusos).

Mas neste caso, e apesar de não se indicar o contexto preciso de proveniência, o sítio forneceu outros elementos como cerâmica de “tipo Baiões”, uma foice de alvado, fíbulas de arco multicurvilinear e fragmentos de caldeirão, para além de quatro datas radiocarbónicas, três das quais remetem para o século XII a.C. e a quarta para o século X a.C., o que nos permite integrá-la num momento tardio do Bronze Final.

Neste quadro cronológico-cultural, também não deverá ser muito arriscado presumir que se tratará de um bronze binário, embora a peça não tenha feito parte do lote dos 34 artefactos de Santa Luzia quimicamente analisados e entretanto publicados por Senna-Martinez & Pedro (2000, p. 77).

Beja (região de)?

Entre as suas colecções, o Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra possui um conjunto de três objectos – pequeno recipiente cerâmico bicónico, fíbula de dupla mola (desaparecida) e navalha de barbear – tidos como sendo da região de Beja, mas cuja origem, em rigor, é incerta.

As peças, oferecidas por Gustavo Marques em 1969¹³, foram exibidas em exposição temporária realizada em

¹³ Informação também confirmada pelo “Arquivo Gustavo Marques”, pertença do Museu Nacional de Arqueologia, onde se lê: “16 Dez. 69 – machado, urna, navalha, fíbula, Vulto & Duarte”. E, num outro passo: “objectos de Coimbra – 1 fíbula de bronze, 1 navalha de barba,

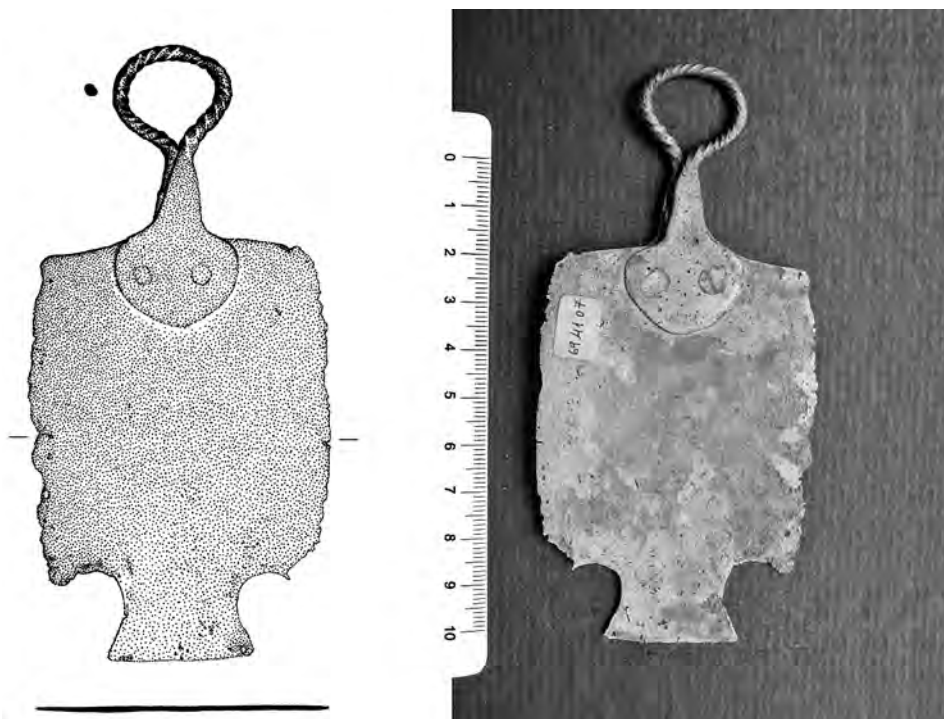


Fig. 8 – Navalha dos arredores de Beja (?) (des. J. L. Madeira; foto R. Vilaça).

1994 no Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz), no âmbito das comemorações do seu I Centenário e referidas no respectivo catálogo (PEREIRA, 1994, p. 69). Antes, em 1970, este conjunto tinha sido alvo de uma comunicação efectuada por aquele investigador, justamente na instituição que acolhe este colóquio, a Sociedade de Geografia de Lisboa, e intitulada “Nota sobre novos instrumentos da época do bronze”. Na circunstância, foi igualmente elaborado um resumo para a Imprensa, com o seguinte teor: “Conjunto sepulcral do Baixo Alentejo – o Arquitecto Gustavo Marques apresentou um núcleo de três peças constituído por uma pequena urna decorada, uma navalha de barba e uma fíbula de bronze encontradas em sepultura localizada à volta de Beja. O conjunto, onde se notam influências mediterrânicas, é atribuível aos sécs. VII/VI, na transição da época do bronze para o ferro, em Espanha”.

A navalha (Fig. 8) é de tipo completamente distinto dos anteriores, sendo constituída por duas partes independentes: lâmina e pega. A primeira, muito delgada e lisa, tem contorno sub-rectangular e apresenta os fios corroídos; possui, na extremidade oposta à pega, duas reentrâncias semi-circulares simétricas, que corresponderiam, na origem, a dois orifícios. Ao contrário das anteriores, que possuem espigão (“tipo Hénon”, do depósito epónimo), esta apresenta pega em forma de argola sub-circular torcida e prolongada por duas chapas sub-ovóides que foram fixadas à lâmina através de dois rebites. Tem um comprimento total de 12 cm, cabendo 8,6 cm à lâmina e 5,7 cm à pega; a largura máxima é de 6 cm e a espessura de 1 ml; a argola tem o diâmetro de 2,4 cm; o peso é de 1,18 g.

A aparência da navalha é algo estranha pela tonalidade dourada da sua superfície. Embora não tenha sido analisada, deverá tratar-se de uma liga de cobre. Inicialmente, a autenticidade desta peça colocou-nos algumas ques-

1 urna cerâmica, de Beja (?)”. Agradecemos ao Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Luís Raposo, a autorização para consultarmos o referido arquivo.



Fig. 9 – Urna pertencente ao conjunto da navalha da Fig. 7 (foto R. Vilaça).

tões, não totalmente afastadas. Já a urna (Fig. 9) não parece oferecer problemas, o que abona, de algum modo, pelo carácter genuíno daquela, ou seja, do conjunto em si mesmo, não obstante o descaminho inexplicado da fíbula e o real desconhecimento do local e circunstâncias de achado¹⁴.

O tipo de navalhas com pega em argola é comum no mundo nordestino dos Campos de Urnas peninsulares, mas o pormenor da pega fixada por rebites é já próprio dos Pirenéus Orientais, nomeadamente da fase Mailhac I, bem como dos Campos de Urnas tardios de Hallstatt B1 do vale do Reno e Suíça (JOCKENHÖVEL, 1971, n.º s 316-318, est. 25, *apud* FERNÁNDEZ CASTRO, 1988, p. 385). Exemplar muito semelhante é proveniente da necrópole de Vulci (Itália)¹⁵.

Atendendo à existência de uma fíbula de dupla mola e às características da urna, de corpo bicónico, superfícies brunidas e decoração com canelados simples e pequenas impressões sub-circulares, com bons paralelos nos Campos de Urnas da Catalunha (vg. Can Beach, Agullana, Gerona) e no clássico povoado de La Pedrera (Segre), o conjunto datará da transição Bronze/Ferro Inicial, possivelmente dos sécs. VIII-VII a. C.

4. COMENTÁRIOS

Ao longo da História, nas “artes de transformação do corpo”, a barba, verdadeira, postiça ou, pelo contrário, a sua remoção, desempenhou sempre papel de relevo com significados vários consoante os contextos, nomeadamente em rituais. O seu uso pelo adolescente no momento em que, pela primeira vez, a sua barba é cortada,

¹⁴ O estudo do conjunto merecerá valorização oportuna em trabalho específico.

¹⁵ Agradecemos ao Prof. Cláudio Giardino esta informação.



Fig. 10 – Homem de Tollund, Dinamarca (foto Silkeborg Museum, Dinamarca).

traduz importante rito de passagem, tal como no momento da morte.

No quadro do Bronze Final, e a propósito do conjunto da Roça do Casal do Meio, Ruiz-Gálvez Priego (1995, p. 139) sublinhou que pentes e pinças – a que devemos juntar as navalhas –, são elementos relacionados com os cuidados pessoais a ter com a barba e, por conseguinte, traduzem um novo padrão estético identificativo, em termos de idade, género e hierarquia.

Mas conforme também já tivemos oportunidade de comentar, este “novo” padrão estético, de conotação mediterrânea, nem é tão novo assim, nem tão mediterrâneo como parece, pois talvez não seja muito distinto do que encontramos no mundo atlântico, ainda que, aí, com a manipulação de objectos diferentes: naquele utilizam-se (preferencialmente) pinças, neste recorreu-se às igualmente delicadas navalhas de barba (VILAÇA, 2008, p. 392).

Embora nos pareça basicamente correcta esta ideia de associação das pinças ao mundo mediterrâneo e das navalhas ao mundo atlântico e continental, gostaríamos de deixar claro que, da distribuição de umas e de outras, não se pode depreender exclusão recíproca, até por haver contextos em que os dois tipos estão presentes conjuntamente, como bem ilustram, por exemplo, os conjuntos (navalhas, pinças e tesouras) da necrópole, já de um momento tardio, celtibérico, de El Pradillo (Burgos) (ABARQUERO MORAS & PALOMINO LÁZARO, 2007). Aquela perspectiva dualista talvez justifique, assim, alguma relativização.

Por outro lado, a presença de ambos os tipos nas mesmas regiões e contextos tanto poderá traduzir convergências culturais, como testemunhar funções diferentes realizadas com objectos distintos, já que não podemos esquecer um pormenor de não somenos importância: com as pinças, destaca-se pêlo a pêlo; com as lâminas, removem-se em simultâneo uma série deles.

A presença de pinças e de navalhas em contextos funerários do Bronze final e Ferro inicial parece indicar que a eliminação dos pelos faciais constituiria um importante acto ritualizado de tratamento do corpo. E mesmo o caso excepcional de conservação do designado “Homem de Tollund” (Dinamarca), mais tardio, morto com 30 ou 40 anos, achado nu, apenas com o cinto, o chapéu de couro e a corda que o estrangulou, não põe em causa esta ideia, na medida em que se admite que a sua curtíssima barba, no queixo, possa ter crescido numa fase *post-mortem* ou ter resultado da contracção dos tecidos musculares (Fig. 10). De resto, vários outros corpos removidos dos pântanos e sujeitos a mortes violentas, ritualizadas, parecem ter sido barbeados, o que terá necessariamente algum significado (KAVANAGH, 1991, p. 86).

Importa igualmente sublinhar este aspecto, tomando ainda como referência o notável conjunto da Roça do Casal do Meio (Sesimbra): as pinças – e conseqüentemente também as navalhas – teriam uma forte conotação de individualidade, na medida em que, a dois corpos, masculinos, correspondiam duas pinças, decerto utilizadas nos rituais de preparação de cada um deles (Fig. 11). Mas já a interpretação de que devemos encarar pinças e navalhas como artefactos de género, é pressupor que serviram só para a eliminação dos pelos faciais, o que não é totalmente seguro, se bem que confirmado naquela sepultura.

Relativamente às navalhas, não se põe em causa tal função, particularmente depois das experiências desenvolvidas, com muito êxito, que demonstraram ser preferíveis as de lâmina curva às de gume direito e revelan-

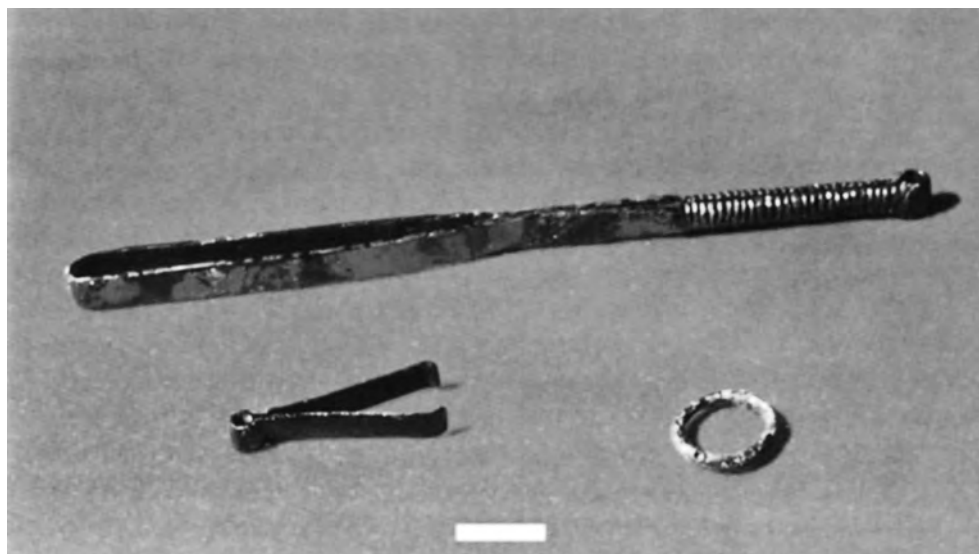


Fig. 11 – Pinças (e argola) da Roça do Casal do Meio, Sesimbra (seg. J. L. Cardoso).

do-se particularmente eficazes (não tanto com a lisura de acabamento proporcionado pelas modernas!) se imprimidos golpes pequenos e rápidos (BARBER, 2003, p. 137). Mas Conor MacHale, o aluno que se submeteu a tais experiências narradas por Kavanagh no artigo supra-citado, provou também que, com a mesma lâmina – uma réplica da navalha de Pollacorrugane (Galway) – conseguia remover o cabelo do crânio, desde que afixando várias vezes a lâmina com lixa e cabedal. Assim, a hipótese de as navalhas terem servido para a remoção de pelos faciais, mas também dos cabelos do crânio, é perfeitamente admissível, tendo sido igualmente subscrita por Kavanagh (1991: 78 e 85).

Portanto, não é líquido que as navalhas ditas de barbear servissem só para a barba, logo, não podem ser tidas, necessariamente, como objectos de género. Com elas poderia ser eliminada a pilosidade do corpo, nomeadamente do crânio, com propósitos estritamente rituais, que ignoramos, como com outros mais prosaicos (se bem que ainda e sempre rituais) que reuniriam também a necessidade de “limpeza” do corpo se o seu destino fosse, por exemplo, o de ser tatuado.

A utilização de navalhas na raspagem ritual dos corpos foi já sugerida por Piggott (1949) e por Jockenhövel (1980) (*apud* BARBER, 2003, p. 138) com base na presença de navalhas em túmulos femininos, o que, por outro lado, revelaria possível tratamento de igualdade de género nas práticas rituais de preparação dos corpos. Todavia, mantém-se como nota dominante a ideia da associação deste tipo de objecto a indivíduos adultos do sexo masculino, como equipamento pessoal (KAVANAGH, 1991, p. 83).

E embora se trate de um objecto com vínculo pessoal fortíssimo, como já sublinhámos, é bem provável que, entre os vivos – em cujos contextos também ocorrem –, não fosse o próprio, mas uma segunda pessoa a concretizar a ritualidade do acto, não propriamente pela inexistência de espelhos, como foi argumentado (KAVANAGH, 1991, p. 86-87), pois nem ela é inequívoca, nem os espelhos são as únicas superfícies reflectoras. Lembremos que essa função pode ser cumprida pelas águas paradas de um charco, por um recipiente com água, ou mesmo pela própria lâmina, bem polida, de uma espada. A razão deverá antes procurar-se, em nossa opinião, no facto de o corpo, sendo objecto do próprio ritual, exigir, talvez, um “oficiante”.

É sabido que no mundo antigo, os espelhos assumiram um marcado carácter ritual e mágico, e também funerário, conforme é sublinhado por alguns investigadores. E assim chegamos à questão dos presumíveis espelhos representados nas “estelas extremeñas”. Em recente proposta, e numa posição contrária ao que tem sido proposto, Eugène Warmenbol assume que tais representações correspondem a navalhas, e não a espelhos, os quais, é certo, nunca se encontram na mão, conforme é sublinhado (WARMENBOL, 2007, p. 385). De resto, vários outros motivos aparecem representados “flottant”, para utilizarmos a sua expressão, não deixando, por esse motivo, de serem considerados, pelo próprio, representações de pentes, escudos, lanças, ou.... navalhas. Fraco argumento, portanto. Ora, não deveriam estas ser colocadas nas mãos?

No entanto, o argumento principal é de género, baseando-se na classificação do espelho como objecto feminino e na navalha como objecto masculino. Nesta lógica, falível, seria inaceitável, em sua conclusão, a representa-



Fig. 12 – Estela de Capilla III, Badajoz (adap. S. Celestino)

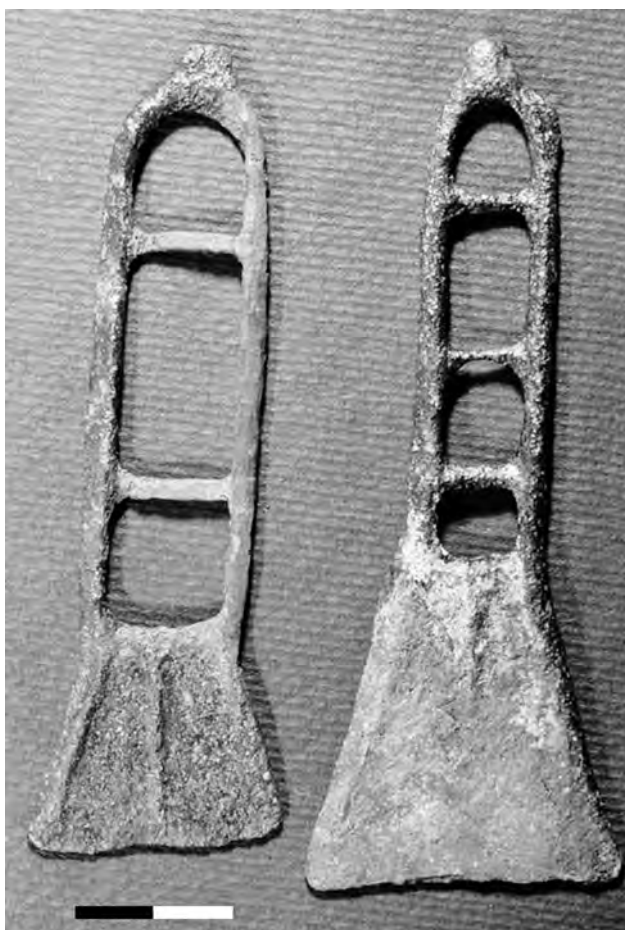


Fig. 13 – *Tranchets* da Sr.^a da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul (foto B. Armbruster).

ção de espelhos nas viris estelas de guerreiros (WARMENBOL, 2007, p. 385, 389). Claro que tudo isto é relativo, pois vimos já que também há túmulos femininos com navalhas.

Enquanto Warmenbol erradica os espelhos das estelas, Harrison (2004: 163 e 246) identifica 42 exemplares, isto é, todas as figuras assim parecidas, inclusive a que é interpretada por Sebastián Celestino, quanto a nós correctamente, como navalha (CELESTINO, 2001, p. 170-171). Trata-se da imagem figurada na estela de Capilla III (Guadalmez) (Fig. 12), cujo realismo permite mesmo dizer que se trata de lâmina bífida, tal e qual o exemplar do Abrigo Grande das Bocas. Celestino admite ainda, embora com incerteza, que haverá uma outra navalha representada na estela de Evidel II (Pomar) (CELESTINO, 2001, p. 447-448).

As diferentes perspectivas, em boa medida ditadas pela natureza do registo arqueológico, em si próprio de acentuada ambiguidade, não acabam aqui. Baseando-se nas duas peças de Baiões classificadas como *tranchets* (Fig. 13), ou seja, possíveis facas para cortar sólidos flexíveis, como couros, Warmenbol também recusa tal função, propondo antes, sem argumentos acrescidos, que sejam grandes navalhas (WARMENBOL, 2007, p. 389). Teríamos, assim, numa mesma região, dois tipos de navalhas muito distintos: estas, com as suas peculiares pegas com alvéolos, e a de Santa Luzia, com espigão. Já Harrison, considera, sem argumentação convincente, que os *tranchets* de Baiões poderão pertencer a um espelho (HARRISON, 2004, p. 151). De novo, algum desnorde de carácter basicamente impressionista, o que não abona na construção do conhecimento.

Independentemente do tipo, uma navalha deve possuir uma lâmina muito fina e aguçada para que seja eficaz. Por isso nos parece (opinião também ela de teor essencialmente impressionista) que os *tranchets* não cumpririam positivamente tal função, tendo em conta as características das lâminas e gumes, em regra mais robustos, ainda que com variantes. E menos ainda uma função como espelhos. Todavia, é assunto a merecer atenção e a rever o que for necessário corrigir. De resto, as peças do Ocidente peninsular classificadas como *tranchets* englobam variantes ao nível do gume, as quais poderão traduzir, de facto, funcionalidades distintas, conforme foi recentemente sublinhado (ARMADA PITA *et al.*, 2008, p. 490)¹⁶.

Em Arqueologia, o problema de identificação das coisas é básico, mas determinante para todas as considerações subsequentes, podendo subverter todo um raciocínio construído. Como comentar a presença/figuração de espelhos, de navalhas, de *tranchets* ou de outra coisa se, no fundo e inequivocamente, não podemos garantir a sua presença? Lembremos, a este propósito, o caso referido por Jorge de Alarcão (2000, p. 146) sobre a zoolatria dos povos castrejos defendida por Martins Sarmiento com base nas supostas representações de focinhos de cães por si encontradas que, afinal, não passavam de fundos de ânforas romanas...

Mas o que parece certo é que, desde sempre, e em concreto, entre as comunidades dos finais da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro, o corpo humano – de vivos e de mortos – foi sujeito a diversificadas manipulações de ordem ritual, como instrumento de diferenciação, de cultuação, ou de exibição e, nesta medida, de afirmação do poder. Na maioria das vezes, a reconstituição desses rituais subjacentes ao que se conservou está fora do alcance da Arqueologia, particularmente quando a esta se colocam problemas (ainda) tão básicos como alguns dos que passámos em revista. Como identificar navalhas de barbear? Quantos tipos podemos, afinal, conceber? Seriam as navalhas só para a barba e, por isso, de uso exclusivo masculino? Teriam as navalhas e as pinças idêntica função, como normalmente se aceita, ou destinavam-se a propósitos distintos? Correspondiam a vivos ou de mortos, os corpos figurados nas estelas? Um longo caminho ainda por percorrer e, seguramente, um convite para visitar estas e outras problemáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABARQUERO MORAS, F.-J. & PALOMINO LÁZARO, A.-L. (2007) – La necrópolis de “el Pradillo”, Pinilla-Transmonte (Burgos). Evolución de los ritos funerários en el confin occidental del território celtibérico, *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Promontoria Monográfica 09, Faro, p. 249-262.
- ALARCÃO, J. (2000) – *A Escrita do Tempo e a sua Verdade*, Coimbra, Quarteto Editora.
- ALMAGRO, M. (1943) – El depósito de bronce de Huerta de Arriba (Burgos), *Ampurias*, V, p. 270-280.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*, Bibliotheca Prae-historica Hispana, vol. XIV.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1998) – “Precolonización” y Cambio Sócio-Cultural en el Bronce Atlántico. In Jorge, S. O. (ed.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, Trabalhos de Arqueologia, 10, IPA, Lisboa, p. 81-100.
- ALMAGRO GORBEA, M. (2005) – La literatura tartésica. Fuentes históricas e iconográfica, *Gérion*, 23 (1), p. 39-80.
- ANTUNES, M. T. & CUNHA, A. S. (1986) – O crânio de Garvão (século III a.C.): *causa mortis*, tentativa de interpretação, *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1, p. 79-85.

¹⁶ Encontra-se em preparação um texto que visa a revisão desta categoria de peças.

- ARMADA PITA, X.-L.; RAFEL FONTANALS, N. & MONTERO RUIZ, I. (2008) – Contactos precoloniales, actividad metalúrgica y biografías de objetos de bronce en la Península Ibérica. In Celestino Pérez, S.; Rafel, N.; Armada, X.-L. (eds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e): La precolonización a debate*, Madrid, CSIC, p. 465-507.
- ARMBRUSTER, B. (2000) – *Goldschmiedekunst und Bronzetechnik. Studien zum Metallhandwerk der Atlantischen bronzezeit auf der Iberischen Halbinsel*, Monographies instrumentum 15, Montagnac.
- ARMBRUSTER, B. (2008) – *L'Orfèvrerie dans le Monde Atlantique des origines à l'Âge du Fer. Une approche technologique*, Université de Bourgogne, Dijon (policopiado).
- BARBER, M. (2003) – *Bronze and the Bronze Age*, Wiltshire, Tempus Publishing Ltd.
- BARROS, L. (1999) – *O Fim do Bronze e a Idade do Ferro no Território de Almada*, Lisboa, FLUL (dissertação de mestrado, policopiada).
- BONNAMOUR, L. (2009) – Des crânes humains sur les gués du Saône, *Les Dossiers d'Archéologie*, 331, p. 12-13.
- BRADLEY, R. & GORDON, K. (1988) – Human skulls from the river Thames, their dating and significance, *Antiquity*, 63, p. 503-509.
- BRIARD, J. (1965) – *Les Dépôts Bretons et l'Âge du Bronze Atlantique*, Rennes.
- BRÜCK, J. (1995) – A place for the dead: the role of human remains in Late Bronze Age Britain, *Proceedings of the Prehistoric Society*, 61, p. 245-277.
- CAHILL, M. (2004) – Finding function in the irish Late Bronze Age. In PEREA, A. et al. (eds.), *Tecnología del Oro Antiguo: Europa y América*, ANEJOS DE AESPA XXXII, Madrid, CSIC, p. 349-358.
- CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. (1996) – 12.^a campanha na villa romana de Freiria (S. Domingos de Rana, Cascais), *Al-madan*, II série, n.º 5, p. 197.
- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-História recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior), *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, p. 47-144.
- CONNERTON, P. (1999) – *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora.
- CUNHA, A. M. L. (1995) – Anta da Arquinha da Moura (Tondela), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (3) [Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular, VII], p. 133-140.
- FABIÃO, C. (1996) – O povoado fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte), *A Cidade*, Nova Série, n.º 11, p. 35-84.
- FERNANDES, T. M. (1986) – O crânio de Garvão (século III a.C.): análise antropológica, *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1, p. 75-79.
- FERNANDEZ CASTRO, M. C. (1988) – *Arqueologia protohistórica de la Península Ibérica (Siglos X a VIII a.C.)*, Alianza Editorial, Madrid.
- FERNANDEZ MANZANO, J. (1986) – *Bronze Final en la Meseta Norte Española: el utillaje metálico*, Junta de Castilla y León.
- FERREIRA, O. V. (1963) – Notícia de algumas estações pré-históricas e objectos isolados inéditos ou pouco conhecidos, *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, 59-60, p. 149-166.
- FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. V. & VIANA, A. (1953) – *Estudos Arqueológicos das Caldas de Monchique*, Porto, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

- GIARDINO, C. (1995) – *Il Mediterraneo occidentale fra XIV ed VIII secolo a. C. Cerchie minerarie e metallurgiche. The West mediterranean between the 14th and 8th Centuries B. C. Mining and metallurgical spheres*, British Archaeological Reports, IS, 612, Oxford.
- GOMES, M. V. & MONTEIRO, J. P. (1976-77) – As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel-Beja): estudo comparado, *Setúbal Arqueológica*, II-III, p. 281-343.
- HARRISON, R. (2004) – *Symbols and Warriors. Images of the European Bronze Age*, Short Run Press Ltd., Bristol.
- JOCHENHÖVEL, A. (1980) – *Die Rasiermesser in Westeuropa*, Munich, Prähistorische Bronzefunde, VIII, 3.
- KALB, P. (1980) – Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, p. 25-59.
- KAVANAGH, R. M. (1991) – A Reconsideration of Razors in the Irish Earlier Bronze Age, *Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland*, 121, p. 77-104.
- LEISNER, G. & V. (1953) – Contribuição para o registo das Antas Portuguesas, *O Arqueólogo Português*, 2.^a série, II, p. 227-256.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1958) – *Excavaciones arqueológicas en el Cerro del Berrueco*, Salamanca, Acta Salmanticensia, Filosofia y Letras, XIV, n.º 1.
- MARTINEZ SANTA-OLALLA, J. (1942) – Esconderijo de la Edad del Bronce Atlántico en Huerta de Arriba (Burgos), *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, XVII, p. 127-164.
- MAUSS, M. (1973) – *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF.
- MAUSS, M. (1993) – *Manual de Etnografia*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- PAÇO, A. (1970) – A Póvoa eneolítica de Vila Nova de São Pedro. In *Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço (1929-1968)*, I, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 275-305.
- PEDRO, I. (1995) – *O Povoamento Proto-histórico na região de Viseu*, Porto, FLUP (tese de mestrado policopiada).
- PEREIRA, I. (coord.) (1994) – *Idade do Ferro – Catálogo*, Câmara Municipal da Figueira da Foz, Serviços Culturais/Museu.
- PIGGOTT, S. (1946) – The Late Bronze Age Razors of the British Isles, *Proceedings of the Prehistoric Society*, 5, p. 121-141.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995) – El significado de la Ría de Huelva en el contexto de las relaciones de intercambio y de las transformaciones produzidas en la transición Bronce Final/Edad del Hierro. In Ruiz-Gálvez Priego, M. (ed.), *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeo*, Complutum (extra 5), Madrid, p. 129-155.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. & PEDRO, I. (2000) – Between myth and reality. The foundry area of Senhora da Guia de Baiões and Baiões/Santa Luzia metallurgy, *Trabalhos de Arqueologia da AEM*, 6, p. 61-77.
- SILVA, A. C. F.; SILVA, C. T. ; LOPES, A. B. (1984) – Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu), *Lucerna* [Volume de Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão], Centro de Estudos Humanísticos, Porto, p. 73-109.
- SOARES, A. M. (1994) – O Bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do concelho de Serpa, *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 179-197.

- SYNNOTT, A. (1993) – *The Body Social. Symbolism, Self and Society*, Routledge, London.
- TREHERNE, P. (1995) – The warrior's beauty: the masculine body and self-identity in Bronze-Age Europe, *Journal of European Archaeology*, 3 (1), p. 105-144.
- TILLEY, C. (ed.) (1993) – *Interpretative Archaeology*, Berg Publishers, Oxford.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. V. (1947) – Duas raridades arqueológicas, sep. da *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*, n.º 24.
- VILAÇA, R. (2000) – Notas soltas sobre o património arqueológico do Bronze Final da Beira Interior. In FERREIRA, M. C. *et alii* (eds.), *Beira Interior. História e Património [Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior]*, Guarda, p. 31-50.
- VILAÇA, R. (2008) – Reflexões em torno da “presença mediterrânea” no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro. In CELESTINO PÉREZ, S.; Rafel, N. & ARMADA, X.-L. (eds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e.): La precolonización a debate*, Madrid, CSIC, p. 371-400.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J.; SANTOS, A. T. & MARQUES, J. N. (2001) – A estátua-menir de “Ataúdes” (Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda) no seu contexto regional, *Estudos Pré-históricos*, IX, p. 69-82.
- WARMENBOL, E. (2007) – Miroirs et mantique à l'âge du Bronze. In BURGESS, C. *et al.* (eds.), *Beyond Stonehenge. Essays on the Bronze Age in Honour of Colin Burgess*, Oxford, p. 377-396.

Câmara Municipal
de Oeiras



ISSN: 0872-6086